

## *Carreiras políticas e nepotismo na Terceira República francesa (1871-1940)*

No início de abril de 2009, a campanha eleitoral para as eleições europeias de 7 de julho ainda não tinha sido oficialmente lançada e, com a proximidade da data limite de inscrição das listas oficiais (dia 22 de maio), as propostas de candidaturas eram cada vez mais numerosas<sup>1</sup>. Até então, rumores de possíveis candidaturas tinham sido divulgados pela imprensa e, entre as conversas de corredores, era recorrente a menção de uma eventual candidatura de Joëlle Caccaldi-Raynaud<sup>2</sup>, em posição elegível, na lista apresentada em Île-de-France por dois membros do Governo Fillon: Michel Barnier e Rachida Dati. No caso de uma eleição de Joëlle Ceccaldi-Raynaud, o cargo de deputado, então

---

Tradução de Deyse Moreira dos Santos e Letícia Batista R. Leite.

\* Pesquisador do Centro de Estudos Políticos Contemporâneos na Universidade de Orleans (Orleans, França). E-mail: alexandreniess@hotmail.com

<sup>1</sup> A divisão administrativa e a organização política da França não são transponíveis à divisão e organização brasileiras. Portanto, optamos por não traduzir os termos que remetam a esta organização ao longo do texto.

A França encontra-se dividida em 101 *départements* (que corresponderiam aos estados brasileiros), dentro dos quais figuram o *département* de Marne. Cada *département* encontra-se dividido em *arrondissements* (que se aproximam da concepção de bairro no Brasil) os quais, *por sua vez*, são divididos em *cantons*. O *canton* é formado pelo agrupamento de *communes* (municípios).

Quanto à organização política, cada *commune* é administrada por um conselheiro e um presidente eleito (*maire*); cada *canton* designa um representante para o Conselho Geral (assembleia do departamento que se ocupa, numa escala local, da educação, dos serviços sociais, obras públicas, etc); cada *arrondissement*, por sua vez, designa um deputado que ocupa uma cadeira no Parlamento situado em Paris, cujo papel é, sobretudo, legislativo; e por fim, cada *département* nomeia um certo número de senadores para compor o Senado (câmara alta do parlamento).

<sup>2</sup> Deputada pelo *département* de Hauts-de-Seine e *maire* de Puteaux.

deixado vago, passaria a ser ocupado por Jean Sarkozy, filho do Presidente da República Nicolas Sarkozy, no quadro de uma eleição legislativa parcial organizada em setembro de 2009<sup>3</sup>. Conselheiro geral do *département* de Hauts-de-Seine desde 2008, Jean Sarkozy poderia, àquela altura, ter-se tornado o mais jovem deputado da França<sup>4</sup>, após ter obtido o título de mais jovem conselheiro geral da França nas eleições de março de 2008<sup>5</sup>. Esta sucessão indireta<sup>6</sup> suscita admiração, contrariedade ou deboche tanto no âmbito do microcosmo político, como por parte da opinião pública francesa.

Este episódio, além de reter a atenção dos politólogos, deve também reter a atenção dos historiadores. As relações entre hereditariedade e República estão no cerne da atualidade, como prova a recente publicação da obra de Jean-Louis Debré, *Dynasties républicaines* (Debré, 2009). Para além dos mitos republicanos representados por alguns homens ou algumas famílias (nesta obra, Jean-Louis Debré busca mostrar os destinos pessoais e familiares dos Arago, dos Carnot, dos Debrés, dos Ferry, dos Jeanneney e de Pierre Joxe), é necessário nos questionarmos sobre a história das ligações entre hereditariedade e República, uma vez que estas duas noções parecem, a princípio, desvinculadas. No substrato cultural comum dos franceses, herança e hereditariedade inserem-se muito mais no princípio monárquico do que no contexto da República, pelo menos em sua concepção democrática promovida pelos filósofos e pelos homens políticos ao partir do século XVIII, definida principalmente pelos valores (a existência de direitos, de liberdades, de igualdade, a propriedade, a segurança, o direito à felicidade etc.) e pela regulamentação do sufrágio universal, pelo menos masculino, desde 1848. Claude Patriat destaca isto na introdução da obra coletiva intitulada *L'hérité en politique* ao escrever:

(...) falar de hereditariedade na política, e mais precisamente de transmissão por via do parentesco de mandatos eletivos, choca o senso comum democrático. Nos

<sup>3</sup> Informação divulgada pelo *Le Figaro*: "Jean Sarkozy deverá aguardar para tornar-se deputado", [www.lefigaro.fr/politique](http://www.lefigaro.fr/politique) [acesso em 13/4/2009].

<sup>4</sup> Nascido dia 1 de setembro de 1986.

<sup>5</sup> Ele foi o mais jovem até ter perdido o posto para Clara Dewaele, que entou no Conselho Geral de Calvados em setembro de 2008. Segundo o *Journal du Dimanche* que retomou as palavras de Jean Sarkozy publicadas no *Le Parisien* do dia 9 de abril, ele não teve a intenção de se apresentar às eleições legislativas parciais porque "Este tipo de cálculo não faz parte de [sua] cultura política", [www.lejdd.fr](http://www.lejdd.fr) [acesso em 9/4/2009].

<sup>6</sup> Nicolas Sarkozy ocupou o posto de deputado em questão de 1988 a 2007.

nostros sistemas democráticos representativos, a livre competição política, isenta de interferências privadas, deve atender às diferentes instâncias de decisão. Uma vez que o poder é essencialmente exercido pelos cidadãos, aos quais cabe o controle da eleição e do eleito, é importante fiar-se em cidadãos esclarecidos, livres em suas escolhas, garantindo uma oferta que preserve a igualdade de chances no sufrágio universal. (Patriat, 1992, p. 1)

Na França, este princípio superior, posto em causa apenas em raras ocasiões, consiste na realização da liberdade de escolha de seu representante no âmbito das assembleias eleitas.

Fazendo uso do método prosopográfico<sup>7</sup>, considerado hoje como essencial para conhecer os eleitos políticos e as vias de acesso ao poder na França contemporânea<sup>8</sup>, interrogamo-nos à respeito da realidade da renovação das elites políticas republicanas e sobre um voto emitido por Léon Gambetta que, na ocasião de um discurso pronunciado em Grenoble no dia 26 de setembro de 1872, declarou :

desde a queda do Império, [não] assistimos ao aparecimento de uma nova geração, ardente, ainda que contida, inteligente, apta aos negócios, afeita à justiça, atenta a todos os direitos? [Não] assistimos sua entrada nos conselhos municipais, e aos poucos, aumentar nos demais conselhos eletivos dos países, reivindicar e ganhar um espaço, cada vez maior, nas lutas eleitorais? Não assistimos ao aparecimento, por todo o país – e eu insisto em destacar esta nova geração democrática – de um novo grupo político eleitoral, um novo grupo do sufrágio universal? Não vimos os trabalhadores das cidades e do campo, este mundo do trabalho a quem pertence o futuro, entrar nos negócios políticos? Não constitui a advertência característica que o país – após ter testado diferentes formatos de governo – quer enfim se dirigir a um novo extrato social para experimentar a forma republicana? Sim! Eu pressinto, sinto, anuncio a chegada e a presença, na política, de um novo extrato social patente nos negócios há pelo menos dezoito meses, e que com certeza está longe de ser inferior aos seus predecessores.

Certas linhagens presentes nas mais altas funções do Estado, tal como a família Canot, atualmente tem servido como objeto de estudos bastante

<sup>7</sup> Christophe Charle *et alii* (1980, p. 6) dão a definição mais simples e talvez a mais completa que exista para este método: "a perspectiva prosopográfica consiste em constituir a biografia coletiva de um corpo ou de um grupo de pessoas, através do estabelecimento e do cruzamento de informações individuais".

<sup>8</sup> Éric Anceau (2005, p. 23-37; 2007) faz um retrato conveniente do princípio da prosopografia na França, sobre o qual os pesquisadores atuais podem apoiar-se.

aprofundados (Dreyfus, 1894; Harismendy, 1994; Pisany-Ferry e Cointat, 1987; Ménager, 2003, p. 197-210); no entanto, nossa opção inicial é de integrar ao nosso estudo quase todos os eleitos da República: os eleitos locais (conselheiros dos *arrondissements* e conselheiros gerais) e os parlamentares (deputados e senadores). Portanto, este estudo inscreve-se como um prolongamento das análises eleitorais na França, iniciadas há cinquenta anos, as quais se interessam também pelos percursos individuais e pelas estruturas das câmaras eleitas (idade, formação, classe social, profissão, etc.), mas que analisam principalmente, se não unicamente, as câmaras parlamentares. É o que encontramos na obra coletiva organizada por Daniel Gaxie intitulada *L'explication du vote* (Gaxie, 1989), ou ainda nos trabalhos de Mattei Dogan (1967, p. 468-492; 1961, p. 73-90; 1953, p. 320-348). A escolha de uma abordagem transversal que estude todos os estratos do mundo político tem como consequência imediata a limitação do quadro geográfico. Optou-se, então, pelo estudo do *département* de Marne, deixado de lado pela pesquisa nacional coordenada por Jean-Marie Mayeur, Jean Pierre Chaline e Alain Corbin<sup>9</sup>. Este quadro geográfico pode suscitar debates<sup>10</sup>, mas é praticamente inevitável em prol de viabilizar a realização de uma pesquisa prosopográfica a mais detalhada possível, uma vez que ela se estende aos escalões inferiores da política.

A análise das relações entre linhagens, nepotismo e República requer uma definição prévia do conceito de família. Claude Lévi-Strauss<sup>11</sup> provou que a família é um grupo social que se constrói a partir de um átomo inicial. A família, à imagem do indivíduo, não nasce *ex-nihilo*, mas se integra em uma rede muito mais ampla.

Em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família é absolutamente condicionada pela existência prévia de duas outras famílias dispostas a fornecer seja um homem, seja uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira família, e assim por diante. (...) Uma família não poderia existir se, inicialmente, não houvesse uma sociedade: pluralidade de famílias que reconhecem a existência de outros laços além da consanguinidade; da mesma maneira, o processo mútuo da filiação só pode dar curso a sua existência, uma vez que integrado ao processo social de alianças. (Lévi-Strauss, 1983, p. 127-140)

<sup>9</sup> Os resultados desta pesquisa proporcionaram a realização de um colóquio em outubro de 2010, bem como a publicação da obra: *Les Parlementaires de la Troisième République* (Mayeur, Chaline e Corbin, 2003).

<sup>10</sup> Este debate foi inicialmente levantado por Pierre Rougerie (1966, p. 178-193).

<sup>11</sup> No momento em que este artigo estava sendo revisado, fomos informados da morte de Claude Lévi-Strauss, à memória de quem queremos dedicar estas breves linhas.

Para Bernadette Tillard, no âmbito desta rede social em que se constitui o parentesco e a família, o casamento de um dos membros da relação de germanidade trata-se de um fator importante a ser considerado enquanto criador de uma nova família e de um novo ramo familiar. O parentesco é assegurado pela multiplicação das relações inter-humanas no seio dos grupos familiares e ele se refere, do ponto de vista antropológico à “(...) duas noções complementares: por um lado, o átomo de parentesco que descreve a estrutura social restrita e, por outro lado, o sistema de parentesco que corresponde à organização social alargada” (Tillard, 2005, p. 18). Esta larga organização social, estudada por Régine Le Jan, nos mundos merovíngios e carolíngios, foi denominada, para este período, pelo termo *Sippe* (Le Jan, 1995), o qual será retomado no âmbito desse estudo. O termo alemão *Sippe* atualmente encontra-se inscrito no registro familiar, traduzido nos dicionários por “tribo” (Harrap’s Universal. Dictionnaire allemand-français, français-allemand, 2004, p. 575). O que significa o termo *Sippe* para os medievalistas? Utilizado por muito tempo (Genzmer, 1950, p. 34-49) nos estudos sobre as famílias germânicas, Jean-Pierre Cuvillier estima que o termo

nos leva à rede, mais ou menos precisa e durável, de direitos e interdições, que compreende as famílias de um povo. De maneira geral, atentemos, de início, para o fato de que a *Sippe* estende aos grupos familiares os dois princípios segundo os quais as famílias germânicas se organizam: o elemento natural, autoritário, incarnado pelo pai; o elemento cultural, organizador, simbolizado pela identificação dos avós aos tios. (...) A. C. Murray (1983) tem uma percepção seguramente acertada quando mostra que a *Sippe* não é: unilinear, ainda que, marginalmente, encontremos autênticos grupos exogâmicos-patrilineares (Cuvillier, 2005, p. 58-59).

Martin Aurell mostra que este termo relata de modo explícito as estratégias matrimoniais da aristocracia e que “a estrutura de *Sippe* ou parentesco, que impulsiona [os grupos de parentesco] a praticar o ‘co-governo’, no qual dois ou três irmãos, ou um tio e um sobrinho, exercem juntos a jurisdição do condado, convém perfeitamente a este ‘co-casamento’” (Aurell, 2000, p. 189). Graças à *Sippe*, consideramos que as estratégias familiares, matrimoniais e patrimoniais dos grupos de parentesco constroem-se com o objetivo de conservar a preeminência do grupo no que concerne aos negócios públicos, e mesmo republicanos. “O parentesco é, então, considerado como um conjunto de laços familiares dentro dos quais as pessoas se reconhecem. Para

definir o parentesco, falamos, portanto, de laços, de relações entre pessoas. Isso distingue o parentesco da parentela, que designa o conjunto de pessoas.” (Tillard, 2005, p. 19). Estes outros laços, que não são os laços diretos de consanguinidade, evocados tanto por Claude Lévi-Strauss quanto por Bernadette Tillard, podem, portanto, ser aqueles de uma endogamia social que conduz as famílias mais bem sucedidas de um local a trocar entre elas homens e mulheres, tecendo assim, no seio da sociedade global, uma rede de sociabilidade e de consanguinidade, na qual os dois critérios se combinam e cujo objetivo seria de conservar uma preeminência qualquer que seja. Esta última, na perspectiva do presente estudo, inscreve-se no seio do jogo político local. Em parte, foi esta a questão colocada por Marc Abélès (1989) ou Annie Bleton-Ruget (1992, p. 45-63). Annie Bleton-Rouget examina o monopólio de certas famílias sob os poderes numa escala cantonal, a partir de uma perspectiva de longa duração, mostrando as pontes entre o Antigo Regime e a República nestes espaços extremamente rurais onde o confisco de poderes não é feito apenas por parte de uma pequena elite; entretanto ela não se interroga a respeito das vastas redes familiares (*Sippe*). Marc Abélès, por sua vez, observa as elites políticas locais de um *département* rural (l’Yonne) do fim do século XX (1982-1989), a partir de um ponto de vista etnológico. Ele destaca o empirismo cotidiano da vida política francesa por meio de uma análise das condições de acesso a uma posição eligível, ou seja, de um ator reconhecido ser legalmente capaz de participar na competição eleitoral. Isto, por sua vez, remete à noção de redes locais, a ideia de que o espaço político está permeado de indícios que permitem ao eleitor situar o candidato no espaço local, de perceber a posição deste no seio das dinastias políticas reconhecidas. Nosso estudo é herdeiro do livro de Marc Abélès, mas em parte, porque nosso trabalho não é etnológico, e sim historiográfico e, portanto, volta-se às sociedades do passado; e também porque nosso trabalho analisa o Terceiro Regime numa perspectiva de longa duração e, por fim, porque todos os estratos da vida política são nele considerados (Marc Abélès não integra no seu estudo os senadores, nem os conselheiros dos *arrondissements*, que deixaram de existir a partir do Regime de Vichy). Desde quando a presença dos ascendentes diretos de responsáveis políticos conduz a um confisco familiar de postos? Será que, de fato, existe uma reprodução endogâmica suficientemente importante e ancorada localmente que nos permita falar de confisco familiar, ou mesmo de nepotismo? Os

candidatos eleitos do *département* de Marne durante a Terceira República são provenientes de alguns núcleos familiares os quais monopolizam as responsabilidades políticas, mesmo sendo elas eletivas e realizadas por sufrágio universal direto, estando, desta forma, em contradição com a visão de Léon Gambetta de 1872?

### **A filiação na política**

Antes de entrar no cerne dos meandros das *Sippes* e das complexas redes tecidas entre seus membros, a primeira forma de hereditariedade política é aquela que nós podemos considerar como direta, a saber, aquela que consagra os filhos dos homens políticos, ou indireta: aquela que abarca um genro e seu sogro.

### **As filiações diretas**

As filiações diretas, facilmente identificáveis através de uma análise patronímica e de uma rápida pesquisa genealógica, não podem ser numericamente negligenciadas, uma vez que, entre os 493 candidatos eleitos pelo *département* de Marne que foram estudados, 22,36% tem um pai que exerceu uma função política anteriormente. Neste sentido, é possível afirmar que a política é um atavismo familiar e, particularmente, um atavismo paterno, ainda mais marcado quando o pai ocupa funções políticas importantes.

Entretanto, se a política faz parte integrante da herança familiar e paterna, não é menos verdade que esta herança pode tornar-se um peso difícil de ser carregado pelo herdeiro. Alguns exemplos mostram bem que a entrada na política é cada vez mais oriunda da tradição familiar que da vontade real do indivíduo. Isto se aplica à carreira política de Paul Vallé, filho de Ernest Vallé.

Na época em que Paul Vallé foi eleito<sup>12</sup>, o seu pai assumia há tempos<sup>13</sup> funções políticas locais e nacionais, e esta paternidade gloriosa é um dos fatores que explicam a promoção precoce deste jovem de 28 anos, que não

<sup>12</sup> As eleições cantonais organizadas pela eleição de um conselheiro *d'arrondissement* ocorreram nos domingos 8 e 16 de julho de 1905, depois do falecimento de Paul Leclère.

<sup>13</sup> Em 1905, Ernest Vallé era, com efeito, conselheiro geral pelo *canton* de Avize há vinte anos (1887), é presidente do conselho geral do *département* de Marne (desde 1898), foi deputado entre 22 de setembro de 1898 e 6 de dezembro de 1898, data na qual ele pediu demissão por radicalismo. Subsecretário do Ministério do Interior, durante o mandato de Brisson, ele foi relator geral em 1893, antes de ter sido presidente, em 1897 das comissões de pesquisa sobre os negócios do Panamá. Ele foi Guardião da Pátria da República e ministro da Justiça no momento em que seu filho foi eleito ao conselho do *arrondissement*.

teve necessidade alguma de se apoiar excessivamente sobre a questão da filiação nos seus cartazes eleitorais. Em 1905, Paul Vallé entrou no conselho do *arrondissement*, no momento em que a posição do seu pai no *département* teria lhe permitido, sem dúvidas, pleitear um posto no conselho regional, desde que ele não se apresentasse no mesmo *canton* de seu pai. De fato, parece que Ernest Vallé, enquanto presidente do conselho geral apoiado por uma grande maioria, tinha meios de controlar o conselho e suas decisões. Deste modo, ele pretendia colocar uma peça importante no seio do conselho do *arrondissement*. Quem melhor que seu filho poderia ser esta peça? Tal hipótese é confirmada pela análise da configuração eleitoral e política do *canton* de Dormans. Em 1905 e em julho de 1907, o conselheiro geral que deixava o cargo, Louis “Edmond” Lourdeaux<sup>14</sup>, membro da mesma esfera política, apresentou-se como seu próprio sucessor e tinha grandes chances de não ser ameaçado por seus adversários políticos<sup>15</sup>. Se em 1905 e 1907 a situação era muito clara, ela se complicaria em dezembro de 1910, após a demissão do conselheiro geral<sup>16</sup>. Novas eleições cantonais seriam organizadas. Recursivamente, quando um conselheiro geral está ausente e o conselheiro do *arrondissement* tem a mesma formação política, este último será investido daquela função como suplente. Entretanto, neste caso, Paul Vallé não se candidatou, e o comitê cantonal não o incentivou a fazê-lo. Esta ausência de candidatura revela a política posta em prática por Ernest Vallé, por intermédio de seu filho. De fato, desde 1905, a candidatura do jovem Paul Vallé pareceu refletir a vontade de Ernest, como demonstra a surpreendente demissão de Paul Vallé ao longo do primeiro semestre de 1920, embora ele tenha sido facilmente reeleito em dezembro de 1919. Esta demissão só pode ser compreendida com a morte de seu pai<sup>17</sup>. Após a morte de Ernest Vallé, Paul parece não encontrar razão suficiente para dar continuidade à sua carreira política, nem para prosseguir o seu mandato, após tê-lo exercido por 15 anos; no entanto ele conservou outras funções públicas não políticas.

A entrada na política de Paul Vallé mostra a influência da paternidade nessa carreira, de modo que a sua saída de cena reflete bem a dificuldade de endossar uma paternidade política tão gloriosa e dotada de sentido. A

<sup>14</sup> Louis “Edmond” Lourdeaux detinha esta posição desde 1895.

<sup>15</sup> Ele será, aliás, reeleito.

<sup>16</sup> Esta demissão será substituída no contexto da crise provocada pela questão da delimitação da Champagne viticultora, que agitou os *départements* de Aisne, Aube e de Marne. (Niess, 2009).

<sup>17</sup> Esta última interveio no dia 23 de janeiro de 1920.



herança política facilita a carreira do filho, mas é por vezes um peso familiar do qual é difícil escapar. Isto mostra, igualmente, até que ponto o jogo eleitoral, regido por meio do sufrágio universal, pode ser pura e simplesmente violado pelo princípio de filiação na política e pela influência de algumas famílias sobre o microcosmo político local ou nacional.

Se a presença na política de um pai facilita a eleição, convém saber como esta presença dos filhos se traduz na paisagem política eleitoral do *département*. A análise dos mandatos detidos pelos candidatos eleitos da Terceira República que tem um pai na política permite deduzir uma forte presença dos mesmos nas funções municipais e nos postos do conselho geral.

Tabela 1 – Sobre-representação ou sub-representação dos filhos de políticos de acordo com o mandato

mandato	diferencial relativo ao <i>corpus</i>
<b>maire</b>	+9,88%
<b>conseiller d'arrondissement</b>	-4,07%
<b>conseiller général</b>	+4,79%
<b>parlementaire</b>	-1,61%

O posto de conselho do *arrondissement* é menos requerido pelos filhos dos políticos por causa do seu frágil papel político e devido à falta de prestígio desta função. O diferencial, no que se refere à ocupação dos postos parlamentares, deve ser analisado com cautela. De fato, os parlamentares são tão pouco numerosos para o período<sup>18</sup> em questão que a diferença média registrada é infinitesimal. Assim, nos últimos setenta anos de República, foram onze os filhos dos políticos que se tornaram parlamentares. Para representar fielmente a participação deles no quadro global, seria necessário que eles fossem 11,18. Ora, basta apontarmos que a proporção é justamente quota real dos candidatos eleitos considerados. Desta forma, ter um pai na política não favorece o acesso às câmaras nacionais, para as quais as qualidades políticas intrínsecas dos candidatos é provavelmente um critério de eleição, mas permite uma verdadeira implantação na paisagem política local graças ao acesso à vitrine departamental: o conselho geral. Sobretudo, os filhos de homens políticos ascendem mais facilmente ao elegerem-se como prefeitos dos municípios onde residem, quando estes não são seu município

<sup>18</sup> Apenas cinquenta indivíduos.

de origem. Dessa maneira, a influência paterna permite ao candidato eleito alcançar o primeiro degrau político, verdadeiro sésamo para entrar em uma carreira de envergadura. 66,6% dos candidatos eleitos, cujo pai é político, ocupam o cargo de *maire*. Portanto, a visibilidade local é o primeiro passo em direção aos mandatos eletivos na Terceira República; sendo com frequência, de forma indireta, que a influência paterna entra em jogo, ainda que tendo, de alguma forma, preparado o terreno.

### As filiações indiretas

“À respeito do casamento, deve-se mencionar as condições de escolha, os costumes pré-nupciais (...), as estipulações econômicas” (Agulhon, 1992a, p. 322), precisa Maurice Agulhon. “O casamento opera como um motor que desencadeia uma série de normas e de interditos que seriam a base dos futuros comportamento matrimoniais” (Gené, 2000, p. 339). Portanto, limitar as possibilidades de matrimônio às moças oriundas de linhagens políticas é uma possibilidade que, talvez, vislumbre certos indivíduos. O sogro trata-se de um candidato eleito? Mesmo sua esposa, à imagem do próprio candidato eleito, possui ascendentes diretos na política? Nós devemos considerar o casamento, transação econômica de primeiro plano ao longo do século XIX, como uma estratégia que visa dominar o espaço político local?

A influência das filiações indiretas, além de ser verificada pela presença real do sogro, é medida pelo uso do sobrenome duplo.

Um pouco mais de 11% dos membros do *corpus*<sup>19</sup> utilizam um duplo patronímico. Para 9,09% dentre eles, essa utilização advém de uma tradição familiar ou geográfica. Para a maioria (10,18% do *corpus*, ou seja, 50 indivíduos), o emprego do duplo patronímico é um meio de associar a credibilidade da família de sua esposa à sua ou a credibilidade da sua família à da esposa. Quando os políticos fazem uso do duplo patronímico, 48% dentre eles casam-se com moças que possuem uma ascendência política. Assim, quando uma moça possuía avós que faziam parte do universo político e ela se casava com um homem que seria futuramente eleito pelo *département* de Marne durante o período da Terceira República, este último empregava o duplo patronímico em quase 20% dos casos, o que mostra que esta distinção era importante como estratégia de conquista eleitoral. Quando as esposas não pertencem a uma

<sup>19</sup> Cinquenta e cinco indivíduos, ou seja, 11,20% dos membros do *corpus*.

linhagem política e o candidato faz uso de um duplo patronímico, ele considera que a credibilidade familiar passa por critérios outros que não uma presença prévia no mundo da política. Esses critérios remetem, essencialmente, ao nível social e à riqueza dos ascendentes. Em virtude disto, Cyrille Augustin Herment, candidato às eleições do Conselho do *arrondissement* em 1889, mandou afixar cartazes eleitorais nos quais ele se apresenta com o duplo sobrenome Herment-Bidault, sendo Bidault o patronímico de sua esposa. Que interesse teria este homem em apresentar-se com um sobrenome duplo, uma vez que sua esposa era originária do *canton* vizinho de Thiéblemont e que os ascendentes desta não eram políticos? De fato, o estrato social e pecuniário da família Bidault, e particularmente, dos pais de Jenny Anne (Augustin Bidault e Élisabeth Pierrette Duchene), era importante uma vez que os pais dela, em 1893, faziam parte do sexto colégio eleitoral de Marne<sup>20</sup>, cuja lista fora atualizada após a lei eleitoral do 19 de abril 1836<sup>21</sup>. Naquela época, Augustin Bidault pagava 333,29 francos de impostos e poderia ter sido eleitor aos olhos do senso em vigor durante o reino de Charles X, se o limite de idade não fosse de 30 anos. Em 1831, o sexto colégio eleitoral conta com 322 eleitores dentre os quais 72 estão no *canton* de Thiéblemont. No seio deste *canton*, a média de impostos pagos pelos eleitores elevava-se ao valor de 536,24 francos. Augustin Bidault estava, pois, longe desta média, e sua fortuna não era nada comparável com aquela dos homens mais ricos do *canton*.<sup>22</sup> Não obstante, no que diz respeito aos impostos pagos no *canton*, a fortuna dos Bidault-Duchene os torna o quadragésimo casal mais abastado do mesmo.

O emprego do duplo patronímico é, portanto, um indício da crescente importância da família da esposa para o candidato às câmaras locais ou nacionais durante a Terceira República. Ela o integra numa rede familiar vasta sobre a qual o candidato se apoia, apresentando, desta maneira, cauções políticas ou financeiras.

O segundo elemento importante deste legado é, obviamente, a participação do sogro nos processos políticos locais e nacionais.

Verificamos que dos 18, 62% dos sogros exercem funções políticas, seja como *maire* (79,03%), conselheiro d'*arrondissement* (22,58%), conselheiro

<sup>20</sup> *Annuaire de la Marne*, 1832.

<sup>21</sup> Esta lei vem depois dos três Gloriosos e da promulgação do Ato de 1830.

<sup>22</sup> Os cinco eleitores que pagavam mais impostos no ano de 1831 eram: David Leblanc-Duplessis (4 730, 87 francos), Jean Baptiste Barbat (2 909, 85 francos), Labé de Morambert (1 768, 66 francos), Marie Achille Davy de Chavigné (1 371, 20 francos) e Joseph Delaunoy (1 276, 86 francos).

geral (8,06%), parlamentar (9,68%), *préfet* ou *sous-préfet* (4,84%). Os mandatos exercidos pelos sogros raramente são de envergadura nacional, mais eles dão suporte a uma implantação local e permitem ao candidato uma eleição mais confortável. A metade dos sogros que ocupam um posto, o fazem no período da Terceira República. Os parlamentares da Terceira República cujo genro é eleito pelo *département* de Marne sob este mesmo regime político são relativamente raros<sup>23</sup>, porém constituem uma parte não negligenciável dos pais que exercem uma função política<sup>24</sup> e, sobretudo, daqueles que ocupam uma função durante a Terceira República.<sup>25</sup> Estes indivíduos foram: René François Eugène Eschassériaux<sup>26</sup>, Gaston Léon Adolphe Jules Eugène Victor Alphonse Poittevin<sup>27</sup> e Louis Jean Jacques Vieu<sup>28</sup>, respectivamente sogros de René Charles Marie de Chaubry de Troncenord<sup>29</sup>, de Henri Jean Eugène Martin<sup>30</sup> e de Paul Henri Marchandeu<sup>31</sup>. Os casamentos foram acordados no momento em que os seus sogros estavam em plena atividade, enquanto as carreiras dos genros ainda não tinham começado. A influência política do sogro é inegável, uma vez que os genros ocupavam um posto no Conselho Geral e tornavam-se, por vezes, parlamentares. Um quarto dos sogros que exerciam funções políticas entre 1871 e 1940 eram membros do Conselho Geral, e dois terços haviam passado pelo Conselho do *arrondissement*. A carreira destes era, com frequência, longa e incluía o exercício de várias funções eletivas. Os seus genros casavam-se quase sempre com as suas filhas quando eles estavam a exercer as suas funções (87,5% dos casos), de modo que nenhum genro havia começado a sua carreira política antes do seu casamento.

<sup>23</sup> 0,90%.

<sup>24</sup> 4,84%.

<sup>25</sup> 25,00%.

<sup>26</sup> Conselheiro geral e deputado de Charente-Maritime em 1849 e de 1852 a 1893.

<sup>27</sup> Conselheiro geral do *canton* de Châtillon-sur-Marne de 1919 à 1928 e deputado do *département* de Marne de 1919-1936.

<sup>28</sup> *Maire* de Castres e senador do Tarn de 1905 à 1931.

<sup>29</sup> *Maire* de Congy de 1865 a 1871 e conselheiro geral do *canton* de Montmort de 1871 a 1877.

<sup>30</sup> *Maire* de Hautvillers de 1934 a 1940 e deputado do *département* de Marne de 1936 a 1940.

<sup>31</sup> *Maire* de Reims de 1925 a 1940, conselheiro geral do terceiro *canton* de Reims de 1925 a 1940, deputado do *département* de Marne de 1926 a 1940, subsecretário do Estado à presidência do 13 de dezembro de 1930 ao 27 de janeiro de 1931 e do 3 de junho de 1932 ao 14 de dezembro de 1932, Ministro da Orçamento do 26 de novembro de 1933 ao 7 de fevereiro de 1934, Ministro das Finanças e do Orçamento do 6 de fevereiro de 1934 ao 7 de fevereiro de 1934, Ministro do Interior do 13 de outubro de 1934 ao 8 de novembro de 1934, Ministro das Finanças do 18 de janeiro de 1938 e do 12 de abril de 1938 ao 1 de novembro de 1938, ministro da Justiça e *Guardião da Pátria* do 1 de novembro de 1938 ao 13 de setembro de 1939.

Por vezes os sogros detinham suas funções políticas antes da Terceira República, no Conselho do *arrondissement* (9,68%), no Conselho Geral (1,61%), no parlamento (4,84%) ou em uma *préfecture* (4,84%). Os genros dos conselheiros dos *arrondissements* e dos conselheiros gerais raramente exerciam uma carreira cujo horizonte ultrapassasse o Conselho do *arrondissement*. Consequentemente, ter um sogro que, durante o Segundo Império, tenha ocupado um posto no Conselho de *arrondissement* permitia ao genro integrar esta mesma estrutura, mas raramente o permitia integrar o Conselho Geral, e jamais o permitiria integrar o Parlamento. Contrariamente, os genros dos parlamentares e dos *préfets* integravam os círculos superiores da República, seja no Conselho Geral (um terço), ou no Parlamento (dois terços)<sup>32</sup>. Todos haviam exercido as suas funções no início da Terceira República, ou mesmo antes, e eram em parte herdeiros das antigas redes nobiliárquicas. Eles geralmente representam a direita ou a direita conservadora. Jean Baptiste “Léon” Morillot é um exemplo típico desta situação. Nascido no dia 19 de julho de 1838 no castelo de Étrepv, residência de sua família paterna, ele é filho de Jean Baptiste Ange Morillot e de Félicité Adrienne Claude Davy de Chavigné. Dividiu a sua infância entre o castelo de Étrepv e a residência de seu pai, diretor e administrador da Companhia das Minas de La Roche-Molière e de Firminy desde 1846, que morava nas margens do rio Loire, que era. Este duplo pertencimento, ao *département* de Marne e ao *département* de La Loire, permitiu ao jovem Morillot casar-se em primeira núpcias (em 1872) com sua prima germânica Madeleine Joséphine Marguerite Davy de Chavigné<sup>33</sup>, e depois, em segunda núpcias (em 1875) com Madeleine Léonore Joséphine “Mathilde” Ducros.<sup>34</sup> Por meio de ambos os casamentos, Léon Morillot foi o genro eleito. No primeiro caso, ele foi uma exceção enquanto genro de *maire* do *département* de Marne, mas que concretizara uma carreira brilhante como *maire* do município de Saint-Lunier-la-Populeuse de 1874 à 1909 (ano de sua morte), como conselheiro geral do *canton* de Thiéblemont de 1886 à 1909 e também como deputado pelo *département* de Marne de 1889 a 1902. Entretanto, é notável que entre 1872 e 1875, período que durou seu casamento com sua prima, sua carreira

<sup>32</sup> Estes eleitos foram: Joseph “Eugène” Daru, Paul Émile Flye-Sainte-Marie, Jean Baptiste “Léon” Morillot, Louis Antoine “Marcel” Pétin, Pierre “Eugène” Perrier, Jules Désiré Warnier.

<sup>33</sup> Filha de Alfred François (*maire* de Étrepv de 1865 à 1888) e de Gabrielle Virginie Dominé des Landres.

<sup>34</sup> Filha de Joseph Ducros (*préfet* do Rhône e antigo *préfet* de La Loire) e de Éléonore Françoise Desmonts.

política não ultrapasse o horizonte do seu município. No segundo caso, ele enveredou por uma carreira relativamente parecida com a dos genros de parlamentares e *préfets*. Na câmara dos deputados ele se apresenta como republicano conservador. Se sua carreira começou em 1874, suas ligações com o mundo político remontam ao Segundo Império, momento em que ele é adjunto do chefe de gabinete do ministro da Instrução Pública. Nesse sentido, Jean Baptiste “Léon” é revelador desta notoriedade de poder típica do século XIX, a qual se aproxima dos “marqueses e mestres de forges”, segundo a expressão de Maurice Agulhon (1992b, p. 349).

### **Parentescos e nepotismo**

Dizer que os candidatos eleitos têm laços familiares entre eles, seja diretamente, seja indiretamente (por meio de suas esposas), não indica em absoluto uma inépcia estatística.<sup>35</sup> *A priori* e de maneira intuitiva, a realidade de um confisco familiar está associada aos espaços rurais. De fato, podemos facilmente imaginar que o reservatório local para os recursos eleitorais cantonais é menos desenvolvido se comparado aos espaços urbanos, onde os comitês dos partidos têm um panorama mais importante dentro do qual a escolha do candidato pode ser efetuada. A implantação e a credibilidade familiar são mais claras nos espaços rurais onde as elites (financeiras, intelectuais, etc.) são menos numerosas e, conseqüentemente, menos visíveis. É por isto que pode parecer evidente que o confisco familiar de postos, o nepotismo e a prática da dinastia política sejam fenômenos locais e principalmente rurais. Mas o que se passa realmente à escala do *département* de Marne no período da Terceira República?

### **Um confisco rural e local importante**

Em uma escala departamental, durante a Terceira República, constatamos que os meios rurais eram dominados pelas redes familiares locais mais desenvolvidas e negociáveis, as quais concentram ao mesmo tempo notabilidade econômica, social e política. Tais redes familiares dominantes estendem-se com frequência à escala cantonal e à escala dos *arrondissements*. Praticamente imperceptíveis à primeira vista (patronímicos diferentes, dispersão municí-

<sup>35</sup> A constituição de uma base de dados que compreenda mais de 5000 fichas individuais a partir de 493 membros do *corpus* e de suas esposas, permite a constatação de redundâncias no seio das ascendências diretas e indiretas relativas ao quinto grau de parentesco.

pal e cantonal importante, etc.), estas redes transcantonais são recorrentes e mostram de maneira pertinente que a vida política departamental está dominada pelas antigas elites que ali desempenham um papel político pelo menos desde 1800. Para demonstrar isto, nós nos apoiaremos no exemplo da rede que se desenvolve no *arrondissement* de Sainte-Menehold, situado ao nordeste do *département* de Marne<sup>36</sup>, rede que além disso possui ramificações em direção à rede de Marson<sup>37</sup> (situado ao centro de Marne) e à rede de Saint-Rémy-en-Bouzemont (situado ao extremo sudoeste de Marne).

Constituída em torno das famílias Appert, Camus, Dommanget, Musquin e Raulin, a extensão fenomenal desta rede tange tanto o espaço geográfico implicado, como o número de homens que possuem funções políticas, sobretudo locais, e que integram este grupo por meio de um laço familiar direto. No cerne dessa rede de Sainte-Menehold, não menos que 164 indivíduos acumulam 220 mandatos diferentes, dentre os quais a maioria são mandatos locais (64,45% possuem funções municipais). Alguns, aliás, da mesma maneira que Étienne Dommanget, exercem apenas a função de *maire*, enquanto os outros tipos de mandatos são desprezados pela rede.

A rede de Sainte-Menehold constitui um grupo de parentesco que possui numerosas ramificações, particularmente à leste do *département* de Marne e no *arrondissement* de Sainte-Manehold, e ocupa essencialmente funções políticas em uma escala municipal e cantonal. Os membros desta rede familiar ocuparam 154 mandatos de *maire* entre 1800 e 1940. Tais mandatos foram exercidos em 50 municípios diferentes, e a duração acumulativa destes mandatos chega a 2386 anos. Portanto, em média, cada município era administrado por um membro do grupo do parentesco durante 47 anos e 9 meses, ou seja, 34,09% do tempo estudado, o que está longe de poder ser negligenciado. A média é um dado a ser considerado com cautela, sobretudo quando a duração efetiva dos mandatos por município varia de 1 (Élise) à 130 (Charmontois-le-Roi). Sete municípios<sup>38</sup> permaneceram por mais de cem anos sob a administração de um *maire* oriundo do grupo de parentesco. Mas, para além do horizonte municipal, o impacto familiar no espaço público e político ocorre na escala do *canton* e do *arrondissement*. Assim,

<sup>36</sup> Desenvolvida em torno do *arrondissement* de Saint-Menehold.

<sup>37</sup> Trata-se de um *canton*.

<sup>38</sup> Étienne Dommanget é *maire* de Braux-Saint-Rémy de 1807 à 1833, mas ele foi precedido pelo *sous-préfet* de Saint-Menehold e pelo *préfet* de Marne para integrar o Conselho *d'arrondissement* em 1822.

para o *canton* de Sainte-Menehould, um posto permaneceu de 1833 a 1940 no mesmo seio familiar.

O conselho de *arrondissement* de Sainte-Marne apoiava-se apenas em três circunscrições eleitorais (os três *cantons* do *arrondissement*), o que permitia a este grupo de parentesco estar tão fortemente presente na paisagem política local. Os legisladores previram, então, nomear três representantes para cada *canton*. Nos três *cantons* do *arrondissement* de Sainte-Menehould, o tempo de presença acumulativo era longo (178 anos em Sainte-Menehould, 195 em Ville-sur-Tourbe e 197 em Dommartin-sur-Yèvre), e para o período considerado (1800-1940), a ocupação dos postos do Conselho de *arrondissement* chegava à quase 50%. A duração média de ocupação do Conselho de *arrondissement* para o conjunto dos *cantons* e para todo o período chegou a 49 anos e 1 mês, ou seja, 35,05% do tempo. Para os *cantons* orientais, esta média é bem mais elevada, uma vez que ela é estimada em 60 anos e 5 meses por posto, ou seja, uma ocupação de 42,24% do tempo.

O acúmulo de mandatos não é apanágio dos períodos que precedem à Terceira República. Ao contrário, foi ao longo deste último que a rede de parentesco explorou toda a sua capacidade eleitoral, investindo pesadamente no Conselho de *arrondissement* de Sainte-Menehould. Cada posto do Conselho era considerado como um patrimônio familiar. No *canton* de Ville-sur-Tombe, os membros do grupo ocuparam os postos de conselheiros de *arrondissement* durante quatorze anos, ou seja, durante 55,07% do tempo de duração da Terceira República. Esta proporção foi ainda mais elevada para os *cantons* de Sainte-Menehould e de Dommartin-sur-Yèvre, com respectivamente, 58,45% e 68,60% de tempo. Assim, durante a Terceira República, os três postos de conselheiro de *arrondissement* do *canton* de Dommartin-sur-Yèvre foram ocupados por mais de dois terços do tempo por um membro da rede de parentesco de Sainte-Menehould. A proporção é quase a mesma no *canton* de Thiéblemont (*arrondissement* de Vitry-le-François), com 65,22% de tempo de ocupação do posto por um membro do grupo.

O Conselho de *arrondissement* de Sainte-Menehould é literalmente infiltrado pelo grupo de parentesco que consegue fazer com que vários de seus membros ocupem postos concomitantemente e com grande frequência.

No período em questão, (1800-1940), o único momento no qual a rede familiar de Sainte-Menehould não esteve presente no Conselho de *arrondissement* foi o curto período compreendido entre 1826 e 1882. No restante do



tempo, ao menos um de seus membros esteve presente (dezoito anos). Em seu período de máxima influência, a rede de Sainte-Menehould conseguiu alocar oito de seus membros dentre os nove postos disponíveis. Era esta a situação entre 1871 e 1882, quando Jean Baptiste Alexis Barrois (Dommartin-sur-Yèvre), Louis Théophile Brouillon (Dommartin-sur-Yèvre), Charles Hyppolyte Joly (Ville-sur-Tourbe), Adolphe Michel (Sainte-Menehould), Frédéric Joseph Nidart (Sainte-Menehould), Jean Hyppolyte Nottret (Dommartin-sur-Yèvre), Pierre Louis Petit (Ville-sur-Tourbe) e Charles Arsène Tilloy (Ville-sur-Tourbe) ocuparam uma cadeira no dito conselho.

Esse contexto nos permite apontar que os interesses do grupo podem ser preservados, quanto mais as habilidades dos seus membros são múltiplas. Uma análise das profissões comprova isto, pois, no centro dessa assembleia, misturavam-se especialistas em questões jurídicas e em questões agrícolas (principal preocupação deste *arrondissement*, marcadamente rural e pouco industrializado). Em 1871, quatro membros eram notários; dois proprietários e dois agricultores. A repartição por *canton* era de fato relativamente equilibrada, contando com dois notários e um agricultor em Dommaine-sur-Yèvre, um notário e um agricultor em Sainte-Manehould, e um notário e dois proprietários em Ville-sur-Tombe.

Tal situação não surpreende, tendo em vista que, nos espaços rurais, tal como o *arrondissement* de Sainte-Menehould, as redes familiares reagrupavam a notoriedade local, incluindo tanto os proprietários de terrenos, quanto os médicos e os notários.

Com exceção do caso singular do posto de conselheiro geral do *canton* de Dommartin-sur-Yèvre, ocupado na Terceira República durante 82,61% do tempo por um membro da rede de Sainte-Menehould, o acesso ao Conselho Geral era relativamente raro, mesmo nos cantons do *arrondissement* de Sainte-Menehould. É preciso atentar para o fato de que os 57 anos de presença no Conselho Geral neste *canton* de Dommartin-sur-Yèvre fez-se apenas por intermédio des três indivíduos, por um período de notável longevidade. Félix Antoine Appert ocupou o posto de 1871 a 1891, depois ele seria sucedido por um período de dezesseis anos por Désiré Auguste Nicolas Lefert. Em 1907, o posto deixa de ser ocupado por um membro desta rede, sob o domínio de Charles Gaillement, que o conservara durante doze anos, dentre os quais quatro anos foram de guerra. Os dois entre-guerras foram totalmente assegurados por Jules “Henri” François Auguste Patizel. Portanto,

este *canton* enviou ao Conselho Geral apenas quatro indivíduos com mandatos de duração média de dezessete anos e três meses. Os membros do grupo de parentesco de Sainte-Menehould o ocuparam, em média, por dezenove anos.

O acesso às câmaras nacionais é excepcional. Entretanto, Paul Charles Alfred Bertrand chegou a entrar no Palácio Bourbon e a ocupar um posto durante 21 anos, enquanto Jules “Henri” François Auguste Patizel ocupou um posto no Palácio de Luxemburgo a partir de 1932. Este último integrou o Senado a favor do *cursus honorum* local, que efetuara antes de começar a exercer suas funções senatoriais.

Em suma, este grupo familiar do tipo de Sainte-Menehould exerceu largas influências no âmbito local e rural, graças aos laços de parentesco redobrados e numerosos os quais, entre 1871 e 1940, promoveram à República 49 conselheiros *de arrondissement*. Esta rede estava concentrada no *arrondissement* de Sainte-Menehould e, particularmente, no *canton* de Dommartin-sur-Yèvre, onde numerosos municípios eram administrados quase sem intervalo por este grupo de parentesco desde o início do século XIX. O posto de Conselho *de arrondissement* estava, de fato, sob controle. No entanto, esta rede raramente conseguiu ultrapassar os limites deste Conselho, exceto no *canton* de Dommartin-sur-Yèvre, onde o posto de conselheiro geral foi detido pelo grupo de 1871 a 1907 e de 1919 a 1940. Esta rede constituiu 10,14% do *corpus*. No *arrondissement* de Sainte-Menehould e para cada *canton*, os membros deste grupo constituíram uma parte não negligenciável dos homens nomeados pelos eleitores para representá-los.

### **Os espaços urbanos sob o domínio nepotista**

O espaço urbano, assim como o espaço rural francês até 1940, era bem menos setorizado do que hoje. Cidade e campo estão em permanente relação e constituem meios que se interpenetram, sobretudo porque, economicamente, o campo com frequência fornece à cidade as matérias-primas necessárias para o seu desenvolvimento. É o caso do principal pólo urbano do *département* de Marne durante a Terceira República. A saber, Reims é, antes de tudo, uma cidade têxtil e viticultora que deve grande parte do seu desenvolvimento econômico à transformação industrial de produtos oriundos, como a lã e a uva, das áreas rurais vizinhas. No entanto, estas importantes relações não fazem com que os espaços rurais e urbanos sejam menos diferenciáveis. Poderíamos dizer que os espaços urbanos, tais como os *cantons* de Reims, estariam sob o domínio

nepotista e dinástico à imagem do que se passa no mundo rural? Colocar esta questão pode parecer uma verdadeira provocação, uma aposta, de tão improvável, ou mesmo impossível, que os meios urbanos – onde se concentra a população, as mais variadas atividades econômicas, as elites sociais econômicas e políticas – possam ter concentrado os poderes locais nas mãos de algumas famílias ao longo de um regime democrático regido pelo sufrágio universal durante 69 anos. Ainda mais porque os *cantons* de Reims, entre 1871 e 1940, enviaram 49 indivíduos para ocupar cargos nas instituições departamentais. Existiam famílias de recrutamento? Se este fosse o caso, elas constituíam redes familiares entre elas? Enfim, é possível considerar os *cantons* urbanos, da mesma maneira que os *cantons* rurais, como espaços de prática nepotistas?

Depois de uma análise genealógica, verificamos que relações do tipo pai-filho existem entre 49 dos eleitos de Reims (seis no total)<sup>39</sup>. Porém, uma vez analisadas as ascendências até o quinto grau dos candidatos eleitos e de suas esposas, 42 patronímicos recorrentes emergiram, formando 15 linhagens familiares, dinásticas e nepotistas que dominam a paisagem política de Reims.

Portanto, se à primeira vista a urbanidade confere à circunscrição eleitoral múltiplas possibilidades de escolha dos candidatos e, portanto, dos eleitos, existem, entretanto, parentescos e filiações os quais permitem a certas redes familiares uma implantação local. No entanto, esta prática nepotista é menos massiva se comparada aos *cantons* rurais. Assim, nepotismo e filiação tangem 30,61% dos candidatos eleitos de Reims, apesar de colocarem em ação redes familiares distintas e paralelas. No *arrondissement* de Sainte-Menehould, por sua vez, eles procedem de uma única e mesma rede. Assim, no âmbito da política local, a urbanidade parece ser um obstáculo à prática nepotista, ainda que não a condene totalmente. Este confisco familiar de postos é relativamente eficaz, uma vez que a escala de análise é modificada segundo dois critérios: a passagem do espaço cantonal local para o conjunto dos *cantons* do *département*, e a consideração de todos os postos eleitos. De fato, os candidatos eleitos pelos *cantons* de Reims são frequentemente oriundos de famílias implantadas por todo o *département* de Marne, e cujas ramificações estendem-se para além dos limites cantonais, principalmente devido às razões econômicas evocadas anteriormente. Portanto, não é surpreendente observar os laços familiares duplicarem estes laços de interesse econômico

<sup>39</sup> Na verdade, Edmond Wiet, Francis Victor Tixier e Georges Isidore Censier são os respectivos filhos de Edmond Eugène Wiet, de Léon Tixier e de Henri Philippe Censier.

e, por consequência, observar a proximidade familiar entre Jean Simon Dauphinot, fabricante e diretor dos ateliês Dauphinot-Pradine<sup>40</sup>, e Charles Jean Baptiste Bourgeois, advogado e proprietário em Suippes<sup>41</sup>.

Na realidade, Reims divide-se claramente entre duas redes as quais, de certa forma, monopolizam as funções eletivas municipais, cantonais e/ou nacionais.

A primeira rede (rede Lannes de Montebello) marca a proeminência de redes familiares nobiliárquicas e de seus aliados nos mecanismos políticos do começo da Terceira República. Realmente, o descendente do marechal Jean Lannes de Montebello integra uma *Sippe*, grupo de parentesco próprio à aristocracia que reúne vários familiares ligados entre si por laços de sangue, de aliança e de amizade – conceito desenvolvido para as relações familiares no contexto merovíngio e carolíngio por Régine Le Jan. Este conceito, transposto para as realidades bem diferentes do século XIX, permite-nos ao menos insistir acerca do confisco de poder e das cadeiras eletivas por parte dos grupos de parentesco nobres e/ou associados, o qual podemos observar até os nossos dias. O impacto dessas redes de sociabilidade ultrapassa largamente o espaço do *département* de Marne, resultando em reviravoltas políticas e em transformações constitucionais.

Adrien Jean Lannes de Montebello (deputado de Marne) certamente não é o único representante de sua *Sippe* a brigar e a obter funções eletivas, locais ou nacionais, durante a Terceira República; mesmo que a sua influência familiar remonte ao início do século XIX e, para alguns setores, o ultrapasse. Dentre os membros da *Sippe*, de forma ampla, porém não exaustiva, convém destacar a presença dos Vogüé<sup>42</sup>, dos de Broglie<sup>43</sup>, dos de Caraman-Chimay<sup>44</sup>, dos Poniatowski, dos de Kirgener de Planta<sup>45</sup>, dos de Mun<sup>46</sup>, dos Werlé<sup>47</sup>, dos

<sup>40</sup> Jean Simon Dauphinot é igualmente conselheiro municipal de Reims de 1860 a 1889, *maire* de Reims de 1868 a 1871, conselheiro geral do *département* de Marne entre 1870 e 1871, deputado por este mesmo departamento de 1871 a 1876 e senador de 1876 a 1888.

<sup>41</sup> Charles Jean Baptiste Bourgeois é conselheiro geral do *canton* de Suippes de 1852 a 1878.

<sup>42</sup> Os membros dessa família foram eleitos por Cher e por Ardèche.

<sup>43</sup> Descendentes do duque Albert de Broglie, presidente do Conselho quando da crise de 1877.

<sup>44</sup> Esta família tem parentesco direto com Napoleão Bonaparte.

<sup>45</sup> Esta família está bem implantada no Marne e mantém laços com os Bourgeois de Jessaint, família de onde vem o primeiro *préfet* deste *département*. Gustave Kirgener de Planta é conselheiro de *arrondissement* do *canton* de Montmort de 1871 a 1880.

<sup>46</sup> Eleitos pelo *département* de Marne e de Morbihan, o pai se chama Adrien “Albert” Marie de Mun e seu filho Bertrand Joseph Jean Marie de Mun.

<sup>47</sup> Grandes negociantes de vinho de Champagne, dentre os quais Mathieu Edouard, *maire* de Reims de 1852 a 1868, conselheiro geral de Marne de 1852 a 1871, deputado deste mesmo departamento de 1862 à 1870, ocupa um lugar importante.

Hennessy<sup>48</sup>, dos Roederer<sup>49</sup>, dos Béchet de Balan<sup>50</sup>, dos Boisseau, dos Magne<sup>51</sup>, dos Daru<sup>52</sup>, dos Barbier Lalobe de Felcourt<sup>53</sup>, dos Haudos de Possesse<sup>54</sup>, dos Orly<sup>55</sup>, dos du Cauzé de Nazelle<sup>56</sup>, etc. Adrien Jean Lannes de Montebello também mantém relações com Léon Say, Ministro das Finanças, de quem ele é o chefe de gabinete. Dessa forma, ele mantém relações com as famílias Say, Johnston, Raoul-Duval, Eschassériaux<sup>57</sup>, Hervey, etc.

Os membros dessas famílias constituem um conjunto de 279 indivíduos (homens e mulheres considerados juntos), dentre os quais 54 possuem uma função política atestada. Estes últimos são bastante numerosos e confirmam a extensão da rede e o poder da *Sippe* sobre a vida política local e nacional a partir de meados do ano de 1850, ainda que os primórdios da rede se esbocem no começo do século XIX, tanto em Charente-Maritime, como em Marne. Os mandatos exercidos pelos membros da *Sippe* eram relativamente importantes em termos de visibilidade da rede na paisagem política local e nacional. 21% corespondem a mandatos de *maire*, particularmente em Reims; 23,53% são postos ocupados no âmbito dos conselhos gerais: 31,76% no Palácio Bourbon e 17,65% no Palácio de Luxemburgo.

A maioria dos mandatos detidos concerne aos de parlamentar e, particularmente, de deputado. O posto de conselheiro geral, considerado de elite dentro da política local, foi igualmente preenchido por esta *Sippe*, enquanto o posto de conselheiro *de arrondissement* (para o qual os dados coletados

<sup>48</sup> Eleitos pelo *département* de Charente.

<sup>49</sup> Proprietários de uma grande casa de negócios de vinho de Champagne, dentre os quais podemos contar com a presença de Charles Eugène, *maire* de Gueux de 1857 a 1875, Louis (pai), conselheiro geral pelo *département* de Marne de 1852 a 1861, Louis (filho), deputado pelo mesmo departamento de 1877 a 1878.

<sup>50</sup> Grandes industriais da região de Sedan.

<sup>51</sup> Cujo pai Pierre, foi ministro de Napoleão III.

<sup>52</sup> De onde Joseph Eugène, conselheiro do *canton* de Montmirail de 1871 a 1877.

<sup>53</sup> Dentre os quais Camille Gabriel, conselheiro geral do *canton* de Thiéblemont de 1871 a 1880; Théobald Gilbert, conselheiro geral do *canton* de Sompuis de 1871 a 1877, mas que na verdade conservou a cadeira que detinha antes do começo da Terceira República; Étienne Juien, filho de T. Gilbert, conselheiro geral do *canton* Sompuis de 1886 a 1889.

<sup>54</sup> Família da qual faz parte Justin, deputado por Marne, de 1856 a 1864 e Lucien Henri, deputado pelo *département* de Loir-et-Cher de 1889 a 1893.

<sup>55</sup> Dentre os quais Jacques, conselheiro geral do *canton* de Comombey (Meurthe-et-Moselle) de 1867 a 1870, *maire* de Bémécourt (*département* de Eure) a partir de 1876, conselheiro geral de Breteuil (Eure) de 1881 a 1901, deputado de Eure de 1889 a 1893.

<sup>56</sup> Descendentes de Philippe Louis Ehrard Victor, conselheiro do *arrondissement* de Châtons-sur-Marne de 1800 a 1816.

<sup>57</sup> Eles mesmos possuem relações familiares diretas com René Charles Marie de Chaubry de Troncenord, *maire* de Congy de 1865 a 1871 e conselheiro geral do *canton* de Montmort (Marne) de 1871 a 1877.

fora do *département* de Marne são, com frequência, lacunares) atrai pouco. Estes mandatos foram exercidos em dezessete *départements* diferentes, concentrados, sobretudo, à oeste da França, enquanto Marne aparece à margem.

Em termos cronológicos e apesar da forte presença de linhagens oriundas da nobreza, a influência familiar não se justifica apenas pela queda do Império e nem somente pelo fim das pretensões monárquicas ou bonapartistas, as quais prosseguiram após a crise de 1877. Claro que, para alguns dos candidatos eleitos, como Napoléon Daru ou Edgar Raoul-Duval, os anos de 1871 ou 1876-1877 marcaram rupturas, entretanto as ramificações familiares continuaram a ganhar cadeiras nas assembleias parlamentares e políticas locais ainda no século XX. Desta forma, Louis Antoine Melchior de Vogüë conservou o seu posto de conselheiro geral do *département* de Cher de 1911 até o final da Segunda Guerra Mundial.

Portanto, esta rede mostra que o impacto nepotista, se limitado apenas à escala dos *cantons* e da cidade de Reims, apresenta uma realidade que não deve ser desprezível, a partir do momento em que a escala da área estudada é modificada.

A segunda rede caracteriza-se por uma influência mais local do que a precedente, cuja concentração se deu em torno da cidade de Reims, mas não apenas. Ela marca igualmente o acesso de uma determinada geração aos negócios, sem que esta se aproveite de outro regime para implantar-se, uma vez que sua presença na vida política preexistia ao último.

Esta *Sippe* inclui 12 candidatos eleitos de Reims que possuem parentesco direto ou indireto e que acumulam, durante a Terceira República, 26 anos de administração dos negócios familiares de Reims (sem perder de vista os mandatos dos conselhos municipais); 18 anos de votos no Conselho do *arrondissement*, 95 anos de presença somados no Conselho Geral, 37 anos de assiduidade no Palácio Bourbon e 32 anos no Palácio de Luxemburgo. Estes dados numéricos, além de impressionantes seriam suficientes para evidenciar a situação, não fosse o fato de que numerosas famílias associaram-se por parentesco, onde as duplicações de alianças não eram restritas a estes dois indivíduos. Numerosos responsáveis políticos do Segundo Império (ou mesmo antes) e da Terceira República (como também do período posterior), que desempenham um papel não desprezível nas engrenagens políticas locais, departamentais ou nacionais, estavam inscritos neste grupo de parentesco que criou uma verdadeira rede ao mesmo tempo familiar e política.

No âmbito desta *Sippe* e no espaço de análise circunscrito à cidade de Reims, a família Godinot ocupa um papel central ao qual veem-se juntar numerosas partes, oriundas dos numerosos ramos familiares. Esta implantação local pode ser medida pela proeminência dos membros da *Sippe* nos comandos de Reims. Além dos candidatos locais eleitos em Reims, de acordo com a definição de Gilles le Béguec, outros designados participam desta rede de 48 indivíduos durante a Terceira República. Este grupo de parentesco dominava o espaço político local, uma vez que todos reivindicavam seus respectivos mandatos no *département* de Marne, exceto Ovide Arthur Arnould. Eles concentravam-se ao norte deste *département*, ainda que este compreenda 11 *cantons* diferentes (um terço do *département* de Marne). A maior parte dos mandatos não se concentrava em Reims, mas no *canton* de Suippes, de onde são originárias as famílias de alguns dos candidatos eleitos de Reims que vieram instalar-se nessa cidade. É o caso das famílias Arnould<sup>58</sup> e Dauphinot<sup>59</sup>.

Esta *Sippe* reunia muitos mandatos e administrava, quase inteiramente, os negócios políticos locais e municipais. Dezesesseis municipalidades estavam sob o comando de um de seus membros entre 1800 e 1940. Estes municípios foram administrados, ao todo, durante 439 anos por um membro desse grupo de parentesco. A média de administração de cada município era, portanto, de aproximadamente 27 anos e meio. No entanto as diferenciações são importantes: apenas um ano de administração em Boulton-sur-Suippe, mas 39 anos em Saint-Martin-l'Heureux, 45 anos em Berméricourt, 47 em Selles, 53 em Reims e 69 anos em Châlons-sur-Vesle. Os membros deste grupo de parentesco administraram estes municípios durante 19,60% do tempo, entre 1800 e 1940; o que é notável para um único e mesmo grupo de parentesco, sobretudo considerando que estes mandatos eram exercidos em dezesseis municípios diferentes.

O Conselho do *arrondissement* não era um verdadeiro apanágio deste grupo de parentesco, ainda que verifiquemos a presença de alguns de seus membros por um período de 190 anos, ou seja, uma média de mais de 21 anos por *canton*. Comparado ao restante do período, esta *Sippe* esteve presente durante 15,08% do tempo. Os postos de conselheiros de *arrondissement* do

<sup>58</sup> Jean Baptiste Arnould, negociante e fabricante de lã em Reims, nasceu em Suippes. Ele é avô paterno de Jean Baptiste Joseph "Charles" Arnould.

<sup>59</sup> Claude Dauphinot, avô paterno de Jean Simon Dauphinot, era proprietário e mercador em Suippes.

*canton* de Suippes foram quase exclusivamente reservados aos membros desta família, visto que um, a cada dois postos, ou às vezes os dois, eram ocupados por um de seus membros (de 1848 a 1852 por exemplo); de maneira contínua de 1839 a 1880 e depois, de 1907 a 1913. Assim, os membros desta família ocuparam estas funções durante 51 anos.

Os cargos de parlamentares entraram tardiamente no meio familiar, de onde rapidamente saíram, ao menos no que diz respeito ao acesso à Câmara de Deputados (salvo exceções). A sua entrada em cena coincidiu com a queda do Império. A cada oito deputados de Marne, eleitos em fevereiro de 1871<sup>60</sup>, três pertenciam a esta rede de parentesco. O domínio familiar é, portanto, considerável. Entretanto, depois de 1893, a influência familiar diminuiu sem, contudo, abandonar completamente o Palácio Bourbon, considerando que Ernest Auguste Monfeuillart faria ali sua entrada em 1889. Esta observação precisa ser confrontada com o discurso de Grenoble. Os novos políticos, mencionados por Léon Gambetta, são membros deste grupo de parentesco que efetivamente aproveitam-se da queda do Segundo Império para chegar ao poder, ou os seriam aqueles que os substituíram 20 anos depois do discurso de Gambetta? Inversamente, o Senado contou com a presença de, pelo menos, um membro da família de maneira contínua, desde a sua criação republicana em 1932.

Todavia, o Conselho Geral de Marne foi de fato o lugar onde este grupo de parentesco, com 347 anos de presença cumulada, exerceu maior influência. Para este *département* e para o período de 1800-1940, apenas os membros da rede Arnould-Dauphinot ocuparam essa Assembleia durante 19,23% do tempo. Durante a Terceira República e por certos períodos, os membros deste grupo chegaram a ocupar até seis postos desta assembleia departamental<sup>61</sup>, representando, assim, 18,75% dos conselheiros gerais de Marne. Não era raro que eles fossem concomitantemente quatro<sup>62</sup> ou cinco<sup>63</sup>, representando

<sup>60</sup> Jean Simon Dauphinot, Paul Émile Flye-Sainte-Marie, Désiré Médéric Leblond, Henri Camille Margaine, Pierre "Eugène" Perrier, François Jules Suisse (Jules Simon), Jean Alfred Jules Thomas e Jules Désiré Warnier.

<sup>61</sup> Entre 1895 e 1898, as cadeiras do Conselho Geral do quarto *canton* de Reims e dos *cantons* de Beine, Bourgogne, Dormans, Suippes e Ville-sur-Tourbe foram ocupadas por membros da *Sippe*.

<sup>62</sup> Era esta a situação entre 1833 e 1845 (dois *cantons* de Reims, Châlons-sur-Marne, Suippes), de 1871 a 1874 (Reims II, Beine, Bourgogne, Suippes), de 1876 a 1878 (Reims II, Beine, Suippes, Ville-sur-Tourbe), de 1880 a 1881 (Reims II, Beine, Bourgogne, Ville-sur-Tourbe), de 1883 a 1886 (Reims I, Reims II, Beine, Bourgogne), de 1893 a 1894 (Beine, Bourgogne, Suippes, Ville-sur-Tourbe), de 1904 a 1907 (Reims I, Reims IV, Beine, Dormans).

<sup>63</sup> De 1874 a 1876, eles ocupavam as cadeiras do segundo *canton* de Reims e dos *cantons* de Beine,



entre 12,12% e 15,63% dos conselheiros gerais<sup>64</sup>. O mais forte predomínio da rede sob a política local pode ser verificado no começo do período, como, por exemplo, por intermédio dos mandatos de deputado. Isto incitaria apontar, como Léon de Gambetta, que uma renovação começava a ocorrer. Entretanto, os períodos nos quais quatro conselheiros gerais, oriundos deste grupo, ocupavam concomitantemente postos, iniciaram-se precocemente, em 1883, e prolongaram-se até 1910. Tais períodos perfizeram 25 anos dos quais 17 correspondem à Terceira República. Assim, nos 14 anos durante os quais os membros deste grupo eram cinco, e os três anos durante os quais os membros da rede Arnoud-Delphinot eram seis, esse grupo ocupou pelo menos 12% dos postos durante 34 anos da Terceira República, ou seja, quase a metade do tempo de duração desse regime. A renovação não foi, portanto, tão evidente quanto nos faz pensar Léon Gambetta, ao menos numa escala local. Isto é ainda mais válido se pensarmos que os *cantons* de Reims nunca foram tão monopolizados por este grupo familiar quanto no final do seu período de influência mais fraco, de 1907 a 1910, período no qual três dentre os quatro *cantons* de Reims estavam nas mãos deste grupo por intermédio de Félix Joseph Louis Mennesson-Champagne (para o primeiro *canton*), “Jean Baptiste” Nicaise Langlet (para o terceiro *canton*) e Jean Baptiste Joseph “Charles” Arnould (para o quarto *canton*). A influência de Reims passou a ser ainda mais forte a partir de 1908, quando Jean Baptiste” Nicaise Langlet tornou-se *maire* da cidade, cumulando, assim, as funções de *maire* da metrópole regional e de conselheiro geral.

Esta rede Arnould-Dauphinot foi de fato implantada na vida política de Marne a partir do primeiro terço do século XIX. Dessa maneira, o grupo familiar ocupou seguidamente pelo menos um posto de conselheiro geral de 1833 a 1940. Considerando o conjunto dos mandatos, a proeminência familiar se dá de maneira mais forte entre 1840 e 1920. Oitenta anos ao

---

Bourgogne, Suippes et Ville-sur-Tourbe. De 1881 a 1883, eles representavam os primeiros e os segundos *cantons* de Reims, aqueles de Beine, Bourgogne, Ville-sur-Tourbe. De 1886 a 1889, os membros do grupo Arnoud-Dauphinot ocupam cadeiras sob o nome do primeiro e do segundo *cantons* de Reims, de Beine, Bourgogne e Suippes. De 1894 a 1895, eles ocupam cadeiras em nome do quarto *canton* de Reims e dos *cantons* de Beine, Bourgogne, Suippes e Ville-sur-Tourbe. De 1898 a 1901, são os *cantons* de Beine, Dormans, Suippes, Ville-sur-Tourbe e o quarto *canton* de Reims que seriam representados. De 1907 a 1910, o primeiro, o terceiro e o quarto *canton* de Reims foram representados no Conselho Geral pelos membros da família, assim como os *cantons* de Beine e de Dormans.

<sup>64</sup> A diferença se fez a partir do ano de 1889, quando o quarto *canton* de Reims foi criado e, portanto, o número de conselheiros gerais passou de 32 para 33.

longo dos quais as municipalidades ficaram sob tutela, o conselho geral foi infiltrado, e os palácios de Bourbon e de Luxemburgo foram ocupados.

À escala de Marne, para os mandatos de conselheiros de *arrondissement*, de conselheiro geral, de deputado e de senador, durante o período de 1871 a 1940, apenas a rede Arnould-Delphinot forneceu 28 candidatos eleitos, ou seja, 5,7% do *corpus*.

Que seja no mundo rural, nos espaços urbanos ou nas vastas porções do território de Marne, os parentescos e o nepotismo permitem a algumas famílias não apenas infiltrar-se no conselho *do arrondissement*, no conselho geral ou nas funções de parlamentares, mas também monopolizá-las durante períodos que, com frequência, ultrapassam o quadro temporal do período analisado neste estudo. Os candidatos que foram eleitos no período considerado são, portanto, herdeiros dos políticos de ontem. Neste sentido, o cargo eleitoral é considerado por certas famílias como um bem próprio que deve ser transmitido como uma herança, confirmando assim, que a *Sippe* é um vetor que permite encarar a *ars politica* como um *res familiaris*. A visão de Léon Gambetta, expressa no discurso de Grenoble de 1872, apoia-se em uma análise da política vista de uma perspectiva nacional, e pretende mostrar ou prevenir uma mudança no recrutamento dos homens políticos.

O “Fim dos notáveis”, a queda da “República dos Duques”, para retomar as fórmulas felizmente lançadas por Daniel Halévy, não significam o fim de todos os notáveis, trata-se apenas do desaparecimento (parcial) dos antigos em benefício do “novo extrato social” que Gambetta anunciou no seu célebre discurso proferido em Grenoble, em 1872. O camponês republicano reconhece seus novos dirigentes dentre os membros da média burguesia republicana composta por médicos, legisladores, professores, negociantes, pequenos industriais, que expulsam os marqueses e os mestres das forjas. [Constituem] novos guias, mas não novos mestres.<sup>65</sup>

No entanto, é necessário constatar que tal renovação é praticamente inexistente numa escala local: nem nos espaços rurais, onde os notáveis de ontem são os ascendentes diretos dos candidatos eleitos na Terceira República e não apenas nos primeiros anos deste regime; e tampouco nos espaços urbanos onde condes e duques continuam fazendo do jogo político um apa-

<sup>65</sup> A diferença se fez a partir do ano de 1889, quando o quarto *canton* de Reims foi criado e, portanto, o número de conselheiros gerais passou de 32 para 33.

nágio familiar. Mesmo para a escolha dos seus parlamentares, os eleitores de Marne repousam nos seus valores tradicionais, constituídos pelos mesmos grupos de parentesco.

Os notáveis de ontem estão na origem dos candidatos eleitos em Marne durante a Terceira República.

### Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc. 1989. *Jours tranquilles en 89: ethnologie politique d'un département français*. Paris: Odile Jacob.
- AGULHON, Maurice. 1992a [1976]. "La société et la vie à la campagne". In: DUBY, Georges & WALLON, Armand (dirs.). *Histoire de la France rurale*, tome 3. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. 1992b [1976]. Les paysans dans la vie politique. In: DUBY, Georges & WALLON, Armand (dirs.). *Histoire de la France rurale*, tome 3. Paris: Seuil.
- ANCEAU, Éric. 2005. "Réflexion sur la prosopographie en général et sur la prosopographie du contemporain en particulier". In: MOHAMED-GAILLARD, Sarah & ROMO-NAVARRÈTE, Maria (dirs.). *Des Français outre-mer*. Paris: Presses Universitaires Paris-Sorbonne.
- \_\_\_\_\_. 2007. "Historiographie de la prosopographie en histoire politique de la France contemporaine". Trabalho apresentado no Séminaire du Comité d'Histoire Parlementaire et Politique, em 21 de dezembro..
- AURELL, Martin. 2000. "Stratégies matrimoniales de l'aristocratie (IXe-XIIIe siècles)". In: ROUCHE, Michel (dir.). *Mariage et sexualité au Moyen-Âge*. Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- BLETON-RUGET, Annie. 1992. "Territoire de famille: de l'office seigneurial au mandat parlementaire de la IIIe République, du bon usage de la parenté dans la transmission du pouvoir chez les notables bressans". In: PATRIAT, Claude (dir.). *L'hérédité en politique*. Paris: Economica.
- CHARLES, Christophe; NAGLE, Jean; PERRICHET, Marc; RICHARD, Michel & WORONOFF, Denis (dirs.). 1980. *Prosopographie des élites françaises: guide de recherches (XVI<sup>e</sup>-vingtième siècles)*. Paris: CNRS-IHMC.
- CUVILLIER, Jean-Pierre. 2005. "L' 'Urfamille' germanique: peuple, clan, maison". In: BRESC, Henri; CUVILLIER, Jean-Pierre ; FOSSIER, Pierre ; GUICHARD, Pierre & TOUBERT, Pierre (dirs.). *La famille occidentale au Moyen-Âge*. Bruxelles : Complexe.

- DEBRÉ, Jean-Louis. 2009. *Dynasties républicaines*. Paris: Fayard.
- DOGAN, Mattei. 1953. "La stabilité du personnel parlementaire sous la Troisième République". *Revue Française de Science Politique*, v. 3, n. 2, p. 320-348.
- DOGAN, Mattei. 1961. "Political ascent in a class society: French deputies (1870-1958). From the Republic of Dukes to the reign of the middle class". In: MARVICK, Dwaine (ed.). *Political decision-makers*. New York: Free Press.
- DOGAN, Mattei, 1967. "Les filières de la carrière politique en France". *Revue Française de Sociologie*, n. VIII, p. 468-492.
- DREYFUS, Maurice. 1984. *Les trois Carnot: histoire de cent ans (1789-1894)*. Paris: Paclot.
- GAXIE, Daniel (ed.). 1989 [1985]. *Explication du vote: un bilan des études électorales en France*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- GENÉ, Enric Porqueres. 2000. "Cognatisme et voies du sang: la créativité du mariage canonique". *L'Homme*, n. 154-5, p. 335-356.
- GENZMER, Franz. 1950. "Die germanische Sippe als Rechtsgebilde". *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgebilde, Germanische Abteilung*, n. LXVII, p. 34-49.
- HARISMENDY, Patrick. 1994. *Un héritier de la République: Sadi Carnot*, thèse sous la direction du M. Jean-Marie Mayeur. Paris: Université de la Sorbonne, 3 vol.
- HARRAP'S UNIVERSAL. 2004. *Dictionnaire allemand-français, français-allemand*. Edimbourg/Stuttgart: Harrap Publishing Group/Klett.
- LE JAN, Régine. 1995. *Famille et pouvoir dans le monde franc (VII<sup>ème</sup>-X<sup>ème</sup> siècles): essai d'anthropologie sociale*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1983. "Du mariage dans un degré rapproché". *Regard éloigné*. Paris: Plon.
- MAYEUR, Jean-Marie; CHALINE, Jean Pierre & CORBIN, Alain (dirs.). 2003. *Les parlementaires de la Troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- MÉNAGER, Bernard. 2003. "La succession des mandats : une affaire de famille?". In: MAYEUR, Jean-Marie; CHALINE, Jean-Pierre & CORBIN, Alain (dirs.). *Les parlementaires de la Troisième République*.

- Paris: Publication de la Sorbonne.
- NIESS, Alexandre. 2009. “Champagne rouge, Champagne sang. De l'épineuse question de la définition du vigneron champenois (1908-1914)”. In: LACOMBRAGE, Philip & NICOLAS, Fabien (dirs.). *Vin et République*. Paris: Pepper/L'Harmattan.
- PATRIAT, Claude. 1992. “Perspective cavalière: où il est question de personnes éligibles naturellement et légitimement par voie d'héritage”. In: PATRIAT, Claude & PARODI, Jean-Luc (eds.). *L'héritité en politique*. Paris: Economica.
- PISANY-FERRY, Fresnette & COINTAT, Michel. 1987. *Le neveu de Jules Ferry: Abel, le ministre soldat (1881-1918)*. Paris: Thésaurus.
- ROUGERIE, Pierre. 1966. “Faut-il départementaliser l'histoire de France?”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 21, n. 1, p. 178-193.
- TILLARD, Bernadette. 2005. “Parenté et parentalité, réflexions sur les termes et les champs disciplinaires”. In: TILLARD, Bernadette (dir.). *Groupes de parenté: recherches en éducation familiale et expériences associatives*. Paris: L'Harmattan.

## Resumo

Ainda que possa parecer improvável em um regime baseado no sufrágio universal masculino, as conexões familiares e o nepotismo cumpriram um papel extremamente importante na democracia representativa na Terceira República Francesa (1870-1940). Na verdade, essas práticas continuam importantes em algumas partes da esfera política até hoje. Este artigo examina detalhadamente as conexões e as práticas políticas no departamento de Marne, um espaço político onde vários tipos diferentes de conexões políticas operavam em distintos níveis. Usando o conceito de Sippe, concebido para o estudo de conexões familiares mais amplas no início da Idade Média, esta pesquisa estatística sobre família e política vai levantando diferentes camadas de influência familiar, em nível de municipalidade, *conseil d'arrondissement*, *conseil général* do departamento e parlamento nacional. Ela sugere que, em cada nível, diferentes tipos de conexões familiares eram vitais.

**Palavras-chave:** Terceira República, parlamento, eleições locais, nepotismo, linhagem, França, redes familiares.

## Abstract

Unlikely though it may seem in a regime based on universal manhood suffrage, family connections and nepotism played an extremely important role in representative demo-

cracy in the French Third Republic (1870-1940). Indeed, these practices remain significant in some parts of the political sphere even today. This article examines hereditary political connections and practices in detail in the department of the Marne, a political space where a number of different sorts of family connections operated at different levels. Using the concept of the Sippe devised for the study of wider family connections in the early middle ages, this statistical survey of families and politics peels away different layers of family influence, at the level of the municipality, the conseil d'arrondissement, the conseil général of the department, and the national parliament. It suggests that at each level, different sorts of family connections were vital.

**Key words:** Third Republic, parliament, local elections, nepotism, lineage, France, family networks.

Recebido em 19 de janeiro de 2012.

Aprovado em 19 de março de 2012.